

# O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862-1927) Sexta-feira 20 de MAIO de 2022 • R\$ 6,00 • Ano 143 • Nº 48966 estado.com.br



TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

## Nova operação dispersa dependentes químicos na Cracolândia

Guardas-civis metropolitanos abordam usuários de drogas na Rua Frederico Riedel, no centro de SP. 'Onde há usuários amontoados assim, pode ter certeza de que haverá também a presença do tráfico', disse o delegado Roberto Monteiro. ...A19

E&N Renegociação de dívidas ...B1 e B2

## Novo Refis em debate no Congresso deve excluir pessoas físicas

Câmara e Senado avaliam que o texto aprovado em 2021 pelos senadores era muito 'abrangente'

Em articulação para a criação de um novo programa de parcelamento de débitos tributários (Refis), o Congresso deve contemplar médias e grandes empresas e deixar de fora a renegociação de dívidas de pessoas físicas com a Receita Federal — mesmo que elas já alcancem quase R\$ 80 bilhões, o que incluiu débitos

**R\$ 2,05 tri**  
É o montante da dívida tributária de pessoas físicas e jurídicas no Brasil

previdenciários do eSocial. Há consenso entre a Câmara e o Senado de que o escopo do novo Refis precisa ser reduzido em relação ao aprovado em

2021 pelos senadores e, posteriormente, engavetado pelos deputados por ter sido considerado muito "generoso" e "abrangente", tese defendida por lideranças como o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). A ideia é beneficiar com o novo Refis apenas empresas que tiveram queda de faturamento em razão da pandemia.



MERTHERS SANTANA/ESP/AGF

Sextou! Perfeito para o frio ...C1  
Café coado, destaque na carta de especiais

Decisão do STF ...A20  
Punição a condutor que rejeita teste do bafômetro é mantida

Brasileira está na lista ...A21  
Pela 1ª vez, Copa do Mundo terá mulheres na arbitragem

Especial Saúde Mais ...1 a 8  
Baixa cobertura vacinal pode abrir portas para poliomielite

A Guerra de Putin ...A16

## ONU prevê mais fome após bloqueio russo a portos do Mar Negro

Moscou condiciona a reabertura dos portos do Mar Negro, que poderiam escoar produção ucraniana, à suspensão das sanções pelo Ocidente. Conflito encarece alimentos.

**50%**  
dos grãos comprados pela ONU para alimentar 125 milhões de pessoas vêm da Ucrânia

Entrevista ...A14

## 'Nunca combinei muito com o tom vermelho'

MÁRCIO FRANÇA (PSB)  
Pré-candidato ao governo de SP

Para ganhar votos em São Paulo, ex-governador tenta atrair eleitorado que vá além da esquerda.

Notas e Informações ...A3

A corrida para vender a Eletrobras

Eliane Cantanhêde ...A12  
A democracia e o quinquênio

Celso Ming ...B2  
Quatro grupos contra privatizar a Eletrobras

Ensino superior ...A18

## MEC facilita a criação de mais vagas em cada curso de Medicina

Instituições de ensino apoiam medida. Entidades médicas preveem abertura de 37 mil vagas sem a devida estrutura.

Edição de hoje  
4 CADERNOS - 56 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Esportes, A fundo, Para fechar...  
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento

Especial Saúde Mais

Tempo em SP  
8 Min. 18 Max.

ISSN - 1516-293-1  
9 771516 293019

TODA A LINHA CAO CHERY 2023 A PRONTA-ENTREGA.

VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

DEI MOTORS | CADA CHERY



**Tributos** Renegociação de dívidas

# Novo Refis deve excluir pessoas físicas

— Apesar de as dívidas individuais estarem perto de R\$ 80 bi, reparcelamento articulado no Congresso foca em empresas, como propõe a Câmara ao rever projeto vindo do Senado

ADRIANA FERNANDES  
IANDER PORTELLA  
BRASÍLIA

O Congresso articula um novo programa de parcelamento de débitos tributários (Refis) para médias e grandes empresas, e que deve deixar de fora a renegociação de dívidas de pessoas físicas com a Receita Federal — mesmo que elas já alcancem quase R\$ 80 bilhões.

Na Câmara a ideia é beneficiar apenas empresas que tiveram queda de faturamento devido à pandemia. O próprio presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), já deu publicamente a sinalização de que as dívidas de pessoas físicas, incluindo débitos previdenciários do eSocial, devem ficar de fora.

O consenso entre a Câmara e o Senado é de que o escopo do novo Refis precisa ser reduzido em relação ao que no ano passado havia sido aprovado pelos senadores e, posteriormente, engavetado pelos deputados por ter sido considerado muito “generoso” e “abrangente” por lideranças, incluindo Lira.

Em dezembro, na última sessão antes do recesso parlamentar, ainda houve uma tentativa de aprovar a proposta no plenário, mas o próprio relator na Câmara, deputado André Fufuca (PP-MA), pediu o adiamento, em acordo com o governo. O projeto seria analisado na primeira sessão deste ano, mas faltou consenso sobre sua abrangência.

No Senado, o novo texto deve ser relatado por Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que já havia sido o relator do projeto anterior que acabou paralisado na Câmara. Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), costumaram um acordo para incluir o Refis no projeto de reforma do Imposto de Renda já aprovado na Câmara em 2021 — e engavetado pelo relator no Senado, Angelo Coronel (PSD-BA). ●

TRIBUTOS ATRASADOS DE EMPRESAS E DE PESSOAS SOMAM R\$ 146,9 BI. PÁG. B2

**A FROTA MAIS  
NOVA E  
MODERNA  
DO BRASIL**  
VOCÊ ENCONTRA NA **mov(da)**



*A melhor maneira de viajar começa com Movida.  
Conforto e praticidade para você. Alugue agora.*



**mov(da)**  
aluguel de carros



**Celso Ming** *celso.ming@estadao.com*

## A privatização da Eletrobras

**A**inda existem por aqui quatro agrupamentos contrários à privatização da Eletrobras, que, nesta quarta-feira, 18, ganhou luz verde do plenário do Tribunal de Contas da União, pela goleada de 7 votos a 1.

São os mesmos agrupamentos que levaram o pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a avisar que, se eleito, reverterá o processo de privatização.

Há os corporativistas que temem perder privilégios e benefícios tão logo uma administração voltada para a boa governança comece a consertar o que foi erradamente amontoado em 60 anos de empresa.

Há os políticos da fisiologia que se aproveitam da estatal e

de suas subsidiárias para garantir cargos e tetas eleitoreiras para seus apaniguados. De quebra, garantem enorme cabide de empregos.

Há uma chusma de fornecedores e de prestadores de serviços que se valem do tráfego de influência na empresa para obter contratos especiais.

E há os ideologicamente puros, mas equivocados, para os quais o controle estatal é a melhor forma de comandar uma empresa de uma área estratégica como a de energia elétrica.

Argumentam todos esses grupos que a privatização da Eletrobras equivale a liquidar as joias da vovó a troco de um punhado de moedas que virarão pó porque desaparecerão no buraco negro do Tesouro.

ELETROBRAS	
FICHA DA EMPRESA*	
CAPITAL SOCIAL	R\$ 39,05 bi
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 79,10 bi
DÍVIDA BRUTA	R\$ 41,64 bi
VALOR DE MERCADO (EM 31/3/2022)	R\$ 59,45 bi
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO, EMPRESAS E FUNDOS PÚBLICOS NO CAPITAL	72%
NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	12,1 mil
CAPACIDADE TOTAL INSTALADA	50.491 MW
*INFORMAÇÕES DO BALANÇO DO 1º TRIMESTRE DE 2022 DA ELETROBRAS	
FONTE: ELETROBRAS E B3 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO	

A principal razão pela qual a privatização é necessária é a de que a Eletrobras precisa inescapavelmente de capital – não só

para manter sob seu controle o patrimônio que vai sendo desgastado pelo tempo, como, principalmente, para expandir suas fontes geradoras de energia e aumentar as redes de transmissão. O Brasil há anos está exposto a apagões e a crises de suprimento de energia elétrica que não se resolvem apenas via preço. Os tempos são de urgente substituição de energia de origem fóssil por energia renovável e isso demanda enormes investimentos que o Tesouro, na atual condição de controlador, não tem condições de bancar.

A modelagem desta privatização se fará por aumento de capital por subscrição de ações novas da ordem de R\$ 30 bilhões, a que o Tesouro não

atenderá. Em consequência, a participação da União no patrimônio da Eletrobras passará dos atuais 72% para 45%. O Tesouro ainda receberá uma injeção de R\$ 25,4 bilhões a título de taxa de outorga.

É provável que, dentro de alguns anos, os remanescentes 45% de participação do Tesouro no capital da Eletrobras valerão mais do que os atuais R\$ 32 bilhões hoje contados.

O tempo vai se esgotando. Depois de junho, as férias de verão no Hemisfério Norte manterão afastados os investidores internacionais. E, se tudo ficar para as vésperas das eleições, a privatização corre o risco de não acontecer. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

**Endividamento** À espera de renegociação

## Tributos atrasados de empresas e de pessoas somam R\$ 149,9 bi

**A estimativa é de que R\$ 100 bi poderão ser renegociados com novo Refis, que deve ser definido só após a votação de MP do Fies**

ADRIANA FERNANDES  
IANDER PORCELLA  
BRASÍLIA

A dívida tributária total de pessoas físicas e jurídicas soma R\$ 2,05 trilhões. Desse montante, R\$ 149,9 bilhões são dívidas em aberto de empresas e pessoas físicas (ou seja, a dívida venceu e o contribuinte não pagou). O restante é dívida de contribuintes que já foi parcelada ou em discussão nas esferas administrativa e judicial. Fontes informaram que a ideia agora é aproveitar a introdução de um novo programa de parcelamento na reforma do Imposto de Renda que está no Senado, mas excluir o benefício para empresas que não tiveram queda de faturamento.

Tudo dependerá dos rumos da negociação, que só será concluída depois da votação pelo Senado da medida provisória (MP) que trata do refinanciamento de dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nessa MP, foi incluído um aperfeiçoamento do instrumento de

transação tributária na cobrança de créditos em contencioso administrativo, por adesão ou por iniciativa do devedor. Hoje, esse processo só pode ser feito pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Das dívidas das pessoas físicas com a Receita, R\$ 4 bilhões são de débitos previdenciários do eSocial, plataforma digital que há sete anos é usada também para o registro de empre-

**“Aquele texto (projeto de Refis aprovado no Senado) dificilmente será votado. Já não foi no ano passado, por dificuldades. Do nosso ponto de vista, ele estava muito expansivo. Precisa tratar de quem realmente foi prejudicado na pandemia, de quem realmente teve prejuízo.”**

Arthur Lira  
Presidente da Câmara

gados domésticos. Hoje, quase 1,5 milhão de domésticos (dos 5,6 milhões entre empregados com carteira assinada e informais) estão no eSocial. O volume de dívidas de pessoas físicas cobradas pela Receita é de R\$ 79,7 bilhões, sendo R\$ 30,5 bilhões em aberto.

Os dados são da Receita Federal com base nos créditos que tinha a receber ao fim de dezembro de 2021. A equipe econômica estima que cerca de R\$ 100 bilhões poderão ser renegociados no novo Refis para médias e grandes empresas, a depender do modelo que for aprovado pelo Congresso, e botou o parcelamento na lista de risco fiscal a ser monitorado nos próximos meses.

**REFIS JÁ ATIVO.** As micro e pequenas empresas já contam com um novo Refis depois de uma novela que envolveu derrubada de veto presidencial e meses de indefinição sobre a compensação da renúncia do programa. Ao fim, os bancos acabaram onerados para o governo cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre o projeto de um Refis amplo, aprovado no Senado, Lira disse, no mês passado, depois de se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes: “Aquele texto dificilmente será votado. Já não foi no ano passado, por dificuldades. Do nosso ponto de vista, ele estava muito expansivo. Precisa tratar de quem realmente foi prejudicado na pandemia, de quem realmente teve prejuízo”. ●

**Tributos** Reforma em estudo

## Parlamentares buscam alternativa para corrigir tabela do IR

BRASÍLIA

A equipe econômica avalia que não seria mais possível corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) neste ano, mas aliados do presidente Jair Bolsonaro querem manter a medida no projeto de uma reforma tributária “enxuta” que poderá ser votado pelo Congresso.

O projeto, já aprovado pela Câmara, voltou ao debate e deve ser votado com a inclusão de um Refis (parcelamento de débitos tributários) para médias e grandes empresas. Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e do Senado (PSD-MG), Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vão acertar os termos da reforma.

Na equipe econômica, a justificativa é de que a correção da tabela não poderia ser feita em razão da legislação eleitoral. A avaliação é de que a correção poderia ser interpretada como um gratuidade, o que não seria permitido.

No Congresso, segundo apurou o **Estadão**, esse não seria o motivo principal, mas a resistência de Estados e municípios em perder arrecadação. O IR é um tributo compartilhado pelo governo federal com governadores e prefeitos, e o governo Bolsonaro já retirou receita dos governos regionais ao cortar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Também há pressão para cor-

tar o ICMS (um tributo estadual) de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte (leia mais na pág. B4).

**MUDANÇAS.** O **Estadão** apurou que o Ministério da Economia encaminhou às lideranças do Congresso cinco pontos que considera para negociação da reforma tributária que está sendo chamada de “enxuta”: redução da tributação sobre o lucro das empresas (IRPJ e CSLL), de 34% para 30%; tributação de lucros e dividendos em 10%; fim do instrumento de Juros sobre Capital Próprio (JCP); novos dispositivos que regulamentam a distribuição disfarçada de lucros pelas empresas para pagar menos imposto; e atualização monetária de bens no Brasil e no exterior.

**Perspectiva**  
**Já há acerto sobre alguns pontos da reforma, e as discussões podem avançar na próxima semana**

Em relação aos dois primeiros pontos, já há entendimento. A atualização monetária também deve ter apoio dos parlamentares. As discussões podem avançar na semana que vem depois da votação no Senado de medida provisória que prevê a renegociação de dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). ● **A.F.**